


A regionalização brasileira na primeira metade do século XX

Brazilian regionalization in the first half of the 20th century

Fábio de Oliveira Matos¹ 

Resumo

Este trabalho objetiva analisar o processo de regionalização brasileira ao longo da primeira metade do século XX. Para tanto é realizado uma análise das bases de construção do planejamento regional e sua relação com a organização do início do Brasil-República, sob a perspectiva da Geografia-histórica. O procedimento operacional da pesquisa foi realizado em dois momentos: primeiramente realizou-se uma busca bibliográfica sobre conceitos e temas, como: regionalização, região natural e planejamento regional. Num segundo momento foram realizados levantamentos documentais sobre os planos de regionalização desenvolvidos no Brasil no recorte temporal selecionado, com ênfase no prospecto do que viria a se consolidar enquanto regiões brasileiras. A partir dessa investigação, é possível observar a complexidade nos arranjos de ajustamento regional do Estado, bem como papel da regionalização na busca pela formação da unidade federativa no início do século passado.

Palavras-chave: Regionalização. Brasil. Região Natural. Geografia-histórica.

Abstract

This work aims to analyze the process of Brazilian regionalization throughout the first half of the 20th century. For that, an analysis of the bases of construction of the regional planning and its relation with the organization of the beginning of Brazil-Republic, from the perspective of Historical Geography, is carried out. The operational procedure of the research was carried out in two moments: first a bibliographical search about concepts and themes was done, such as regionalization, natural region and regional planning. Secondly, documentary surveys were carried out on the regionalization plans developed in Brazil in the selected time frame, with an emphasis on the prospect of what would be consolidated as Brazilian regions. From this investigation, it is possible to observe the complexity in the regional adjustment arrangements of the State, as well as the role of regionalization in the search for the formation of the federative unit at the beginning of the last century.

¹ Universidade Federal do Ceará, Instituto de Ciências do Mar, Fortaleza, Ceará, Brasil. fabiomatos@ufc.br

Article received in: 02/01/2019. Accepted for publication in: 04/02/2019.

Keywords: Regionalization. Brazil. Natural Region. Historical Geography.

Introdução

De modo geral, a noção do processo de regionalização brasileira surge associada ao desenvolvimento político republicano do país, sendo esse conceito historicamente administrativo e interno à macrorregião na formação do Estado Nacional. Nesses termos uma epistemologia do conceito de região só se torna pertinente no reconhecimento de que sub-região se trata: a região de desenvolvimento, sendo possível notar que o processo de divisão regional apresenta uma gama de concepções estabelecidas na formação desse conceito, assim como o estabelecimento de um parâmetro da tomada da formação da sociedade brasileira.

Santos (1994) apresenta uma importante contribuição à construção da noção do conceito de região ao inserir a importância da compreensão do processo de internalização dos métodos exógenos da construção regional. Nesse sentido, esse conceito parte, portanto, da análise dialética dos fatores internos e externos de sua formação.

Estando esse processo numa construção constante, a região pensada no sentido de planejamento, desenvolvimento e ação estatal vem apresentar perspectivas distintas, dado o momento histórico. Concordamos com Albuquerque Júnior (2009) ao afirmar que em nenhum momento, as fronteiras e territórios regionais podem se situar num plano a-histórico, porque suas elaborações são essencialmente presentes no tempo sob a perspectiva do espaço, quer seja econômico, político, jurídico ou cultural.

Assim, o espaço regional surge como resultado de uma “rede de relações entre agentes que se produzem e agem com dimensões espaciais diferentes” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009, p. 35). Da mesma forma, a espacialidade regional também não se encontra estacionada, apresentando-se sempre com novas releituras do processo de expansão/redução dos seus

limites. Tais avanços no modo de conceber a região aproximam-na com a noção de lugar, pois a busca pela compreensão da dinâmica interna da região perpassa pela essencial reflexão acerca do modo como a vida dos atores – através do cotidiano de suas cooperações e conflitos - no interior do limite regional.

Partindo dessa premissa, o presente trabalho, de natureza geohistórica, é fruto de uma investigação bibliográfica e documental que objetiva compreender o processo de regionalização adotado no Brasil, na primeira metade do século XX. No que concerne sobre a construção da base bibliográfica a ser analisada, foram realizados levantamentos em revistas científicas, por meio da biblioteca eletrônica Scielo, do portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (CAPES), bem como nas bibliotecas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para o levantamento do mapa da divisão florística de Martius, Eichler e Urban (1858), recorreu-se ao projeto de digitalização da obra “Flora Brasiliensis”, a cargo do Centro de Referência em Informação Ambiental (CRIA) A tríade regionalização, região natural e planejamento foram os termos booleanos selecionados para o empreendimento da presente investigação. Nesse sentido, podemos resumir o procedimento da investigação em dois momentos: inicialmente realizou-se a busca bibliográfica e documental sobre os conceitos e temas relacionados ao objetivo em foco e num segundo momento foi empreendida a análise sobre o processo de regionalização do país no início do século passado.

Federalismo e regionalização no Brasil

Paviani (1992, p. 372), afirma que “falar de região é caminhar em um terreno cheio de labirintos e de armadilhas epistemológicas”. Sob essa alcunha, percebe-se a complexa teia de estudos e proposições de regionalização no Brasil, sob as mais diversas influências teóricas. Ao

tratarmos sobre a regionalização brasileira na primeira metade do século XX, podemos considerar que desde antes, ainda em meados do século XIX o discurso regionalista no país já tomava forma, estruturando-se como resposta da política centralizadora imposta pelo governo imperial diante à contraposição aos movimentos separatistas que se constituíam naquele período. Mesmo com a reorganização socioespacial desenvolvida nos anos iniciais da Primeira República, buscou-se a partir da mobilização de organismos descentralizadores, aproveitar-se como intermeio de se construir caminhos para a firmação da unidade nacional (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009).

Contudo, apesar da diversidade interpretativa do termo, um dos primeiros documentos oficiais da República brasileira a tratar da divisão administrativa, elaborado pela *Directoria do Serviço de Estatística do Ministério da Agricultura, Industria e Commercio*, não faz referência à escala regional, estando direcionado basicamente a divisão do Brasil em Estados, Municípios e Distritos com vistas à organização político-administrativa. Como o próprio documento deixava claro, este era uma proposta de trabalho inicial, tendo em vista que o mesmo ainda não havia sido proposto no Brasil-República “aproximando, em sua feitura, do modelo de outro trabalho semelhante que foi produzido nos últimos tempos do regimen (sic) antecedente” (BRASIL, 1913, p. 4).

O trabalho de assegurar as delimitações dos estados brasileiros partia da preocupação em trazer estabilidade ao modelo federativo que emergia no país com o advento do Decreto nº 1, de 15 de novembro de 1889. Influenciado pelo modelo estadunidense, que se configurava a partir de uma distribuição marcada pela dualidade (União e Estados Federados) sobre um mesmo território e o mesmo povo (FABRIZ; FERREIRA, 2002), a forma institucionalizada de implementação no caso brasileiro resulta numa “federalização imperfeita” (MORAIS; VANDRESEN, 2003, 190).

Tal situação encontra-se simbolicamente representada na figura das oligarquias regionais do país, que desempenhavam um duplo papel. Enquanto de um lado financiavam a consolidação de um modelo republicano e de unidade federativa, de outro, as oligarquias buscavam legitimar a autonomia regional através da construção de discursos ligados a singularidades de cunho político, econômico, cultural e ambiental. Assim, permitia-se a constituição de um Estado que buscava o fortalecimento de suas fronteiras diante à dissipação das relações de poder entre os entes federativos, cabendo ao Presidente da República o papel de representante responsável pelo diálogo desse conjunto de lideranças regionais.

Ratzel (1983), ao tratar sobre as resistências regionais à integração, atenta que assentadas sob fortes tradições e tendentes à vida autárquica, a busca das oligarquias regionais pela autonomia pode vir a resultar na formação de verdadeiros sub-estados, em relação ao todo estatal. Assim, segundo o autor, mais importante que a extensão, é a articulação e coesão do espaço político na organização do estatal-territorial. Nesse sentido, observava-se que aos poucos a proposta federativa brasileira sobrepujava-se sob os pontuais movimentos separatistas, sob a égide da observância republicana das peculiaridades regionais e a imposição das noções de pátria e nação. Um lema do Manifesto Republicano, de 1870, sintetiza a tratativa da política regional emergente que veio a ser adotada posteriormente na Primeira República: “Centralização-Desmembramento. Descentralização-Unidade”. Apesar do argumento de que a federação era a única garantia da unidade do país (CARVALHO, 2011), os “Annaes do Congresso Constituinte da Republica”, de 1890, atenta para a complexa situação em que se encontrava o ideário republicano, ao afirmar que se buscava assentar os caminhos para a independência política de cada Estado da federação brasileira (BRASIL, 1890, p. 481).

Desse modo, não é exagero afirmar que a federação brasileira nasce como o inverso das aspirações republicanas locais. Abrucio (1999) conta que

as elites regionais queriam se autogovernar da mesma forma patrimonial que faziam anteriormente a 1889, mas agora sem a interferência do Imperador. Assim, cria-se um paralelo onde a fundação do federalismo do país assenta-se sob a prática antirrepublicana, obtendo o apoio do poder central como modo de possibilitar a sobrevivência da constituição nacionalista.

Assim, tomava forma uma república federativa de cunho regionalista, no qual os líderes regionais, por meio de abertas fraudes eleitorais ordenavam o direcionamento do país. Sobre a relação dialética entre regionalismo e nacionalismo, nota-se a mudança de perfil que a concepção regional vem perpassar a partir de sua tentativa de reelaboração enquanto meio de promoção da tomada do discurso nacionalista brasileiro. Sobre esse assunto, complementa Candido (1985, p. 113):

(...) o nosso nacionalismo foi antes forjado em posições regionalistas. Mas o regionalismo pré-modernistas se mostrava, com seu 'conto sertanejo', artificial, pretencioso, criando um sentimento subalterno e fácil de condescendência em relação ao próprio país, encarando com olhos europeus nossas realidades mais típicas.

Na esfera financeira, a fragmentação econômica regional apresentada no país naquele período marcava o que se convencionou denominar de arquipélago econômico, tendo em vista que historicamente não havia condições técnicas de integração nesse período. Assim, o país encontrava-se distribuído por ilhas açucareiras, cafeeiras e extrativistas, por exemplo. Com a frágil integração dessas economias disposto pelo ente federativo, a percepção regionalista da economia brasileira sobrepujava-se à própria lógica de firmação de um mercado nacional.

Pode-se considerar que a situação geopolítica brasileira no início do século XX se encontrava marcada pela fragmentação oligárquica regional e a carência de representatividade política nacional. No entanto, esse período de amplo domínio das oligarquias regionais sofre um forte abalo no contexto nacional. Tendo como marco o rompimento de alianças entre seus dois

maiores representantes – Minas Gerais e São Paulo – em 1930, tal momento proporciona a tomada de uma organização política, que apesar de continuar a conviver com as centralidades regionais, passa a apresentar um perfil mais centralizador, intensificado após o golpe estadonovista de Getúlio Vargas, em 1937.

Influenciado pela política reservadora castilhistas, o regime político instituído no Estado Novo busca a partir da construção de uma identidade nacional, difundir a aceitação do sistema político instituído no país. Fruto dessa época temos, por exemplo, a obrigatoriedade do recém-criado Programa Nacional (atual Voz do Brasil), que consistia em sua gênese apresentar por meio de transmissão de um dos principais meios de comunicação à época, notadamente o rádio, a propaganda nacionalista de Vargas. No campo da economia, a política de industrialização e de integração econômica brasileira, passar a mirar na desestruturação da organização dos arquipélagos produtivos e traz a proposição de uma economia nacional, marcada por algumas iniciativas federativas, como:

- i) Transferência do direito das oligarquias regionais de legislar sobre o comércio local para a esfera federal;
- ii) Implementação de obras de infraestrutura e serviços de escala nacional, principalmente em transporte e comunicação; e
- iii) Extinção de taxas no comércio inter-regional.

A partir dessa nova política nacionalista, uma série de organizações surge com o objetivo de contribuir para a construção de uma identidade nacional. Como exemplo, temos no campo econômico a criação do Conselho Nacional do Petróleo (1938), Companhia Vale do Rio Doce (1942), o Instituto de Resseguros do Brasil (1939), Companhia Siderúrgica Nacional (1941), além dos primeiros passos da indústria aeronáutica do país, com a criação da Fábrica Nacional de Motores (1942), bem como do Ministério da Aeronáutica (1941). Com o objetivo de ampliar o processo de ocupação do

território, temos também nesse período a busca pela colonização da Amazônia, a partir da política da exploração da borracha.

Na labuta de construção da identidade de unidade nacional, tem-se nesse período o empenho do poder federal em alinhar os interesses do Estado com o exército. Ao reequipar, reestruturar e consolidar o aparelhamento militar, observa-se a identificação ideológica de centralização político-administrativa trabalhada na gestão getulista. Assim, o fortalecimento da instituição militar e do processo de industrialização, seria, no campo ideológico, exasperado no Estado Novo. Concebia-se, na visão de Draibe (2004, p. 59), “base material da defesa militar, da autonomia nacional e da força do Estado”.

Também no Estado Novo, é criado em 1934 e instalado em 1936 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com o objetivo de promover uma “progressiva articulação e cooperação das três ordens administrativas da organização política da República” (BRASIL, 1934, n/p). Fruto da fusão do Conselho Nacional de Geografia (CNG) com o Conselho Nacional de Estatística (CNE) e a Comissão Censitária Nacional (CCN), o citado instituto trata de refletir sobre o papel que os “levantamentos estatísticos e a pesquisa geográfica poderiam desempenhar no tocante à administração do imenso território brasileiro, em via de integração socioespacial” (PENHA, 1993, p. 19). Buscava-se assim, centralizar a técnica dos serviços estatísticos do país, “dentro de um plano de cooperação inter-administrativa que conjuga, para um objetivo comum, os esforços da União, Estados e Municípios” (O ANNO..., 1940, p. 24).

Sob a finalidade de traçar a afirmação geopolítica brasileira, a criação do IBGE é voltada para amenizar o desconhecimento das condições de sua área de jurisdição, que criava “sérios entraves à harmonia de interesses e à boa marcha dos negócios de governo do país” (A CAMPANHA..., 1940, p. 129). Tendo como meta inicial executar o recenseamento geral da República em 1940 (BRASIL, 1938), além de traçar o levantamento sistemático das

estatísticas nacional, por meio de dados demográficos, econômicos e sociais, tal instituto marcava a busca pelo distanciamento administrativo do país com a estrutura oligárquica regional dominante do início do século passado e na aproximação com a construção da identidade nacional, como afirma Penha (1993, p. 41):

Em primeiro lugar é preciso destacar que o surgimento do IBGE se inseria dentro de um contexto histórico, caracterizado por um tríplice movimento de centralização, burocratização e racionalização em torno da esfera estatal. Este período, considerado pelos analistas como um processo de constituição do Estado capitalista-industrial brasileiro, significou a quebra das “autonomias estaduais” que amparavam os polos oligárquicos, resultando numa crescente centralização do poder. Esta centralização manifestou-se de caráter regulador, atingindo os mais diferentes setores da sociedade.

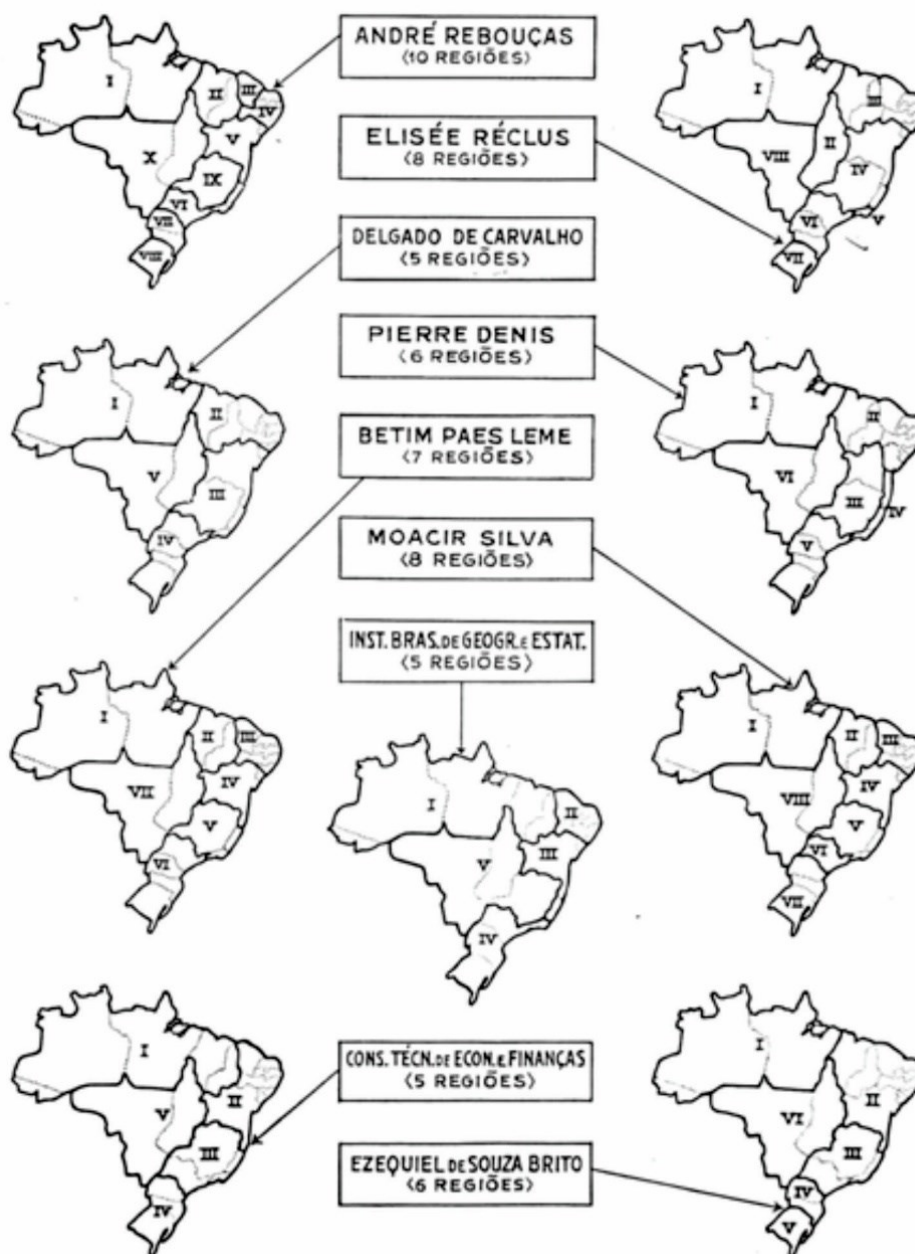
Essa complexidade da formação regional no país, segundo Smith (1993), apresenta-se como um fenômeno histórico que obedece a um roteiro incompleto da própria trajetória da formação nacional. A partir dessa perspectiva, a noção do processo de regionalização passa por significativas mudanças ao longo da formação republicana no Brasil. Assim, como parte da política nacional, o governo varguista passa a inserir a divisão regional no conjunto de medidas visando a reafirmação da identidade nacional. A permanência da concepção regional nesse período surge influenciada pela política de planejamento regional norte-americano de Roosevelt e seu New Deal. Dessa forma, a busca por um novo perfil regional para o país surge como tônica do discurso da lógica da organização socioespacial brasileira.

Considerações sobre os modelos de regionalização brasileira

Do período da formação da primeira constituição republicana em 1892, até o mais significativo estudo de divisão regional elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1941, temos a elaboração de um amplo número de propostas regionais. Variando de acordo

com o objetivo delineado pelo planejador, tais proposições apresentavam-se sob os mais diversos critérios, quer sejam orográficas, botânicas, climáticas ou econômicas (ver Figura 1).

Figura 1 - Proposições de divisão regional do Brasil segundo seus autores.



Fonte: Guimarães (1941, p. 344).

Dentre essas divisões, destaca-se aquela empreendida em 1889 por André Rebouças, um dos raros estudos à essa época a não optar exclusivamente pela seleção da região natural, explorando sua divisão sob o ponto de vista econômico. Tal trabalho resultou numa proposição regional que fragmentava o país em 10 regiões geoeconômicas, marcadas pela presença de regiões compostas por um único Estado, no caso: Ceará, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul. Essas regiões formadas por apenas um ente federado, encontravam-se justificadas pelas peculiaridades econômicas dos mesmos, notadamente o algodão, o café e a charque.

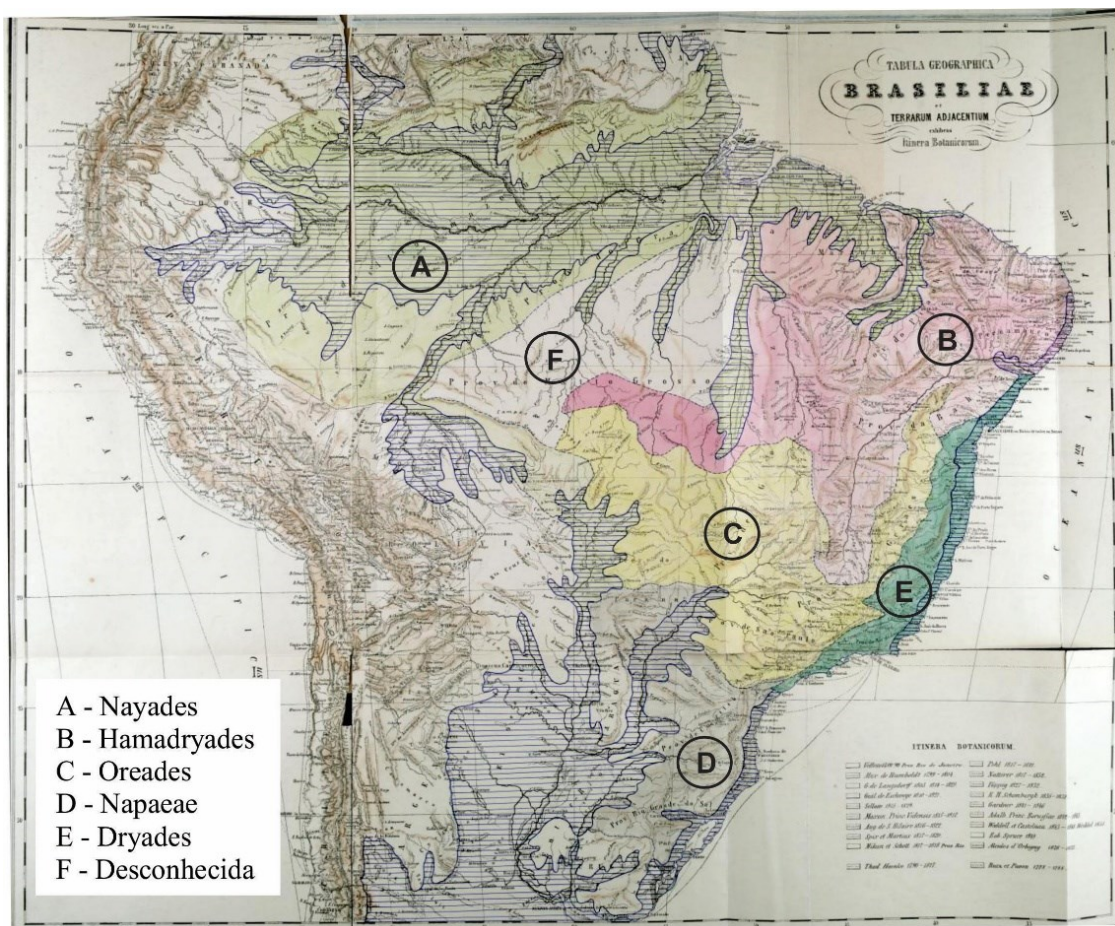
Nesse interim, cabe retratarmos as considerações dos estudos coordenados pelo botânico alemão Carl Friedrich Philipp von Martius, que em visita ao país ainda à época do Império, já suscitava a importância de organismos regionais como meio para o arrefecimento dos movimentos separatistas. No caso, o referido autor propunha um levantamento que partisse de uma outra perspectiva, relacionando nesse caso o papel das relações históricas. Tal proposta visava, sobretudo, integralizar a partir da gênese das relações sociais engendradas ao longo do processo histórico, de modo a buscar uma unidade da história nacional:

Para evitar este conflicto, parece necessario que em primeiro logar seja em epocas, judiciosamente determinadas, representando o estado do paiz em geral (...), passando logo para aquellas partes do paiz que essencialmente differem, seja realçado em cada uma d'ellas o que houver de verdadeiramente importante significativo para a historia. (...) Assim, por exemplo, converge a historia das Provincias de S. Paulo, Minas, Goyas e Mato Grosso; a do Maranhão se liga a do Pará, e a roda dos acontecimentos de Pernambuco formam um grupo natural os de Ceará, Rio Grande do Norte e Parahyba. Enfim, a historia de Sergipe, Alagôas e Porto Seguro, não senão a da Bahia (MARTIUS, 1844, p. 400).

Também é de Martius, em conjunto a August Wilhelm Eichler e Ignatz Urban, a proposição de um recorte regional orientado a partir de suas coletas botânicas para a obra “Flora Brasiliensis”. De origem naturalista, o referido estudo tratou sobre a taxonomia de 22.767 espécies, reunindo em 15

volumes e com a contribuição de cerca de 65 especialistas. Resulta-se desse estudo, o Mapa Geral de Divisão Florística (Figura 2), atribui as divisões a nomes da mitologia grega, organizando-o em seis regiões: “Nayades”, referindo-se a flora amazônica; “Hamadryades”, correspondendo a caatinga; “Oreades”, aos cerrados; “Dryades”, para a mata atlântica; “Napaeae” referindo-se a mata das araucárias e os campos sul-rio-grandenses e uma outra região de denominação desconhecida, situada entre a floresta amazônica e a Caatinga (MOTOYAMA, 2004; GUIMARÃES, 1942).

Figura 2 - Mapa Geral de Divisão Florística (1858).



Fonte: Adaptado de Martius, Eichler e Ignatz (1858).

Os estudos coordenados por Martius ganharam destaque nos nas análises regionais na medida que passou a servir de base para a construção

das propostas de regionalização a serem empreendidas a partir de então. Seguindo o pensamento do determinismo ambiental, os principais estudos regionais que vem a despontar nos anos iniciais do Brasil republicano apresentam intrínseca influência da noção de regiões orientadas pelos fatores observados na natureza, consolidando o conceito de Região Natural no entremeio do planejamento nacional (MATOS, 2013).

Assim, as diferentes formas de regionalizar embasada pela Região Natural surge a partir da proposição de que o ambiente tem certo domínio sobre a orientação do desenvolvimento da sociedade. Sob essa concepção, a região surge como unidade morfológica pré-constituída, resultante da combinação em áreas dos elementos da natureza (CORRÊA, 1986; GOMES, 1995). Influenciados por essa escola de pensamento, surgem os projetos de divisão regional interligados com a noção de características naturais. Além de Martius, os professores Eliseé Réclus (1893) e Honório Silvestre (1922) também já haviam recorrido às bases da escola determinista de Ratzel para a realização de estudos sobre a regionalização brasileira, para fins de uso didático.

Nesse período, a escola possibilista francesa também passa a exercer influência nos estudos regionais. Delgado de Carvalho, um dos pioneiros da Geografia científica brasileira (ANDRADE, 1999), influenciado pelo possibilismo lablachiano e pelo determinismo ratzeliano (PIRES, 2006, p. 23) vem retratar o papel basilar dos estudos regionais na própria sistematização da ciência enquanto meio de interpretação e compreensão do Brasil (CARVALHO, 1943). O papel dos estudos regionais na própria sistematização da ciência e a busca pela interpretação do mundo é assim definida por Carvalho: “a noção de região, de fato, apareceu logo que deixa a Geografia de ser puramente descritiva para se tornar também explicativa” (CARVALHO, 1943, p. 11).

O referido autor trata a região natural buscando não desconhecer as tradições históricas do país, retratando as diferentes influências fisiográficas

como relevo, hidrografia, clima e vegetação, sob o contexto do processo de ocupação permeado ao longo da formação do território brasileiro. Assim, ele propunha uma síntese regional que venha a “servir de cenário à ação do homem” (CARVALHO, 1944, p. 16), na medida em que os aspectos físicos influenciam e são influenciados pela sociedade. Complementa o autor:

A noção de região natural é simplesmente a expressão de um fato, pouco a pouco posto em evidência pelas observações que vão sendo feitas. As causas que agem sobre a superfície do globo não distribuem ao acaso e se manifestam, a maior parte das vezes, sobre uma certa extensão(...). Assim se acha, cada vez mais justificada a noção de região natural e compreende-se que é o único a corresponder a continuidade das mesmas causas produtoras dos mesmos efeitos (CARVALHO, 1925, p. 79-80).

Sob esse objetivo, Delgado de Carvalho traz um dos mais importantes estudos sobre região à época, intitulada “Geografia do Brasil”, de 1913. Esse livro, de cunho didático, contribuiu para a consolidação da Geografia Escolar, servindo como modelo oficial de ferramenta de apoio no ensino dessa disciplina. Nele, o conceito de região natural surge como categoria de análise para se estudar o espaço brasileiro, apresentando um levantamento de cinco regiões naturais pensadas para o país, denominadas de Brasil Amazônico, Brasil Norte-Oriental, Brasil Oriental, Brasil Meridional e Brasil Central. Tal concepção regional, que se adiantava em certa medida à regionalização adotada pelo IBGE em 1942, segmentava seus estudos a partir de características físicas e econômicas, conforme observa o prefaciador da obra, Oliveira Lima:

Tudo quanto for de natureza a intibir o critério particularista do Brasil no nosso país, deve merecer sympathia e encômio. O Brasil é historicamente um todo, mas não deixa de ser o geographically também. Suas regiões naturais, em si não correspondem exatamente às criações políticas, harmonizam-se tanto que as cabeceiras do systema fluvial amazônico são quase entestar no interior recôndito do systema fluvial platino, tendendo a fazer do Brasil uma enorme ilha continente (LIMA, 1913, n.p.).

Com os estudos de Carvalho, notadamente influenciado pela análise regional de Élisée Reclus, buscava-se a partir da região natural minimizar a relação dos problemas regionais com o processo econômico-social do país, colocando em prática, “sob um véu da cientificidade” (MACHADO, 2008, p. 59), objetivos essencialmente políticos. Contudo, o autor atenta que a região natural, apesar de partir da análise do espaço físico sobre o social, é sempre imprecisa, pois o meio ambiente é um quadro complexo, formado por “quadros simples superpostos que não podem sempre coincidir (quadro térmico, quadro topográfico, quadro botânico, quadro pluviométrico, quadro econômico, quadro humano)” (CARVALHO, 1943, p. 25).

Sílvio Frói Abreu, consultor técnico do IBGE, norteado pelos estudos de La Blache e Deffontaines afirma que “(...) o estudo das diferentes regiões do País requer uma base de conhecimentos do solo, dos acidentes, do clima, da vegetação e da população; mas isso não basta, é apenas a base para o verdadeiro sentido interpretativo da geografia” (ABREU, 1939, p. 68). Assim, Abreu retrata que os estudos regionais empreendidos até então prestaram pequena contribuição prática, porque só se preocupavam “com a natureza descritiva, sem a necessária dosagem e sobretudo sem o espírito interpretativo” (ABREU, 1939, p. 69). Desse modo, apesar de compreender a influência da natureza, os estudos regionais passam a considerar o papel do homem, por meio de sua organização e cultura, na escolha sobre como a natureza será utilizada (GOMES, 1995; DINIZ, BATELLA, 2005).

No entanto, a divisão brasileira em regiões naturais se findava pelas dificuldades encontradas de materializar uma secção sob a perspectiva climática, botânica ou de relevo, devido à falta de estudos com maior detalhamento técnico do ambiente físico brasileiro. Associado a isso, a exigência de se apresentar uma divisão regional que não apresentasse desmembramentos dos entes federados, respeitando assim os limites estaduais, acabava por resultar numa barreira a ser perpassada. Sobre o

problema das regiões naturais, o Marechal Mário Travassos, na sua clássica obra intitulada “Projeção Continental do Brasil”, de 1931, afirma:

O problema das regiões naturais, criado pelas tendências integralizadoras da geografia moderna, é de si mesmo intrincada questão. Trata-se de, em presença de um território, cujo complexo geográfico se tenha estudado, estabelecer-se o grupamento das regiões em que se manifestem determinados fenômenos, de modo a como que se fazer a síntese da análise, antes estabelecida. Como se vê, não é problema fácil (TRAVASSOS, 1931, p. 108).

O referido autor, influenciado pela proposição regional trabalhada por Delgado de Carvalho, denotava a importância de se considerar tanto os fatores fisiográficos quanto antropogeográficos na organização espacial brasileira. Assim, Travassos atentava que devido à multiplicidade dos fenômenos ambientais que serviam de base à definição das regiões naturais, obrigava “distinguir-se quais os fenômenos verdadeiramente característicos, isto é, que devem predominar como diretrizes para os agrupamentos a definir como regiões naturais” (TRAVASSOS, 1931, p. 109). Além disso, o avanço das técnicas de comunicação e transporte traziam para à época a complexidade de que os mesmos “respeitam limites, por melhor caracterizadas que sejam”.

Nesse sentido, Travassos propunha que para o alcance da unidade geográfica brasileira, a mesma estaria assegurada pela presença de dois “Brasis”: o Brasil Amazônico e o Brasil Platino. Em menor escala, com o objetivo de estabelecer a ligação entre dois “Brasis”, Travassos propunha regiões de interligação, denominadas de Vertente Oriental dos Planaltos e o Norte Subequatorial. Marcadas pela interligação oceânica entre Atlântico e Pacífico por meio da estrutura hidrográfica e viária, os dois “Brasis” se desdobrariam à política de expansão das áreas de influência de Brasil e Argentina, sob o contexto da hegemonia na América do Sul.

O Brasil Amazônico se comunica de modo mais direto com o Oceano, por isso dispõe do rio Amazonas como via natural. E sua

capacidade de penetração é mais ampla, pois vale amazônico é o grande coletor formidável anfiteatro que se arqueia de Caracas a La Paz. O Brasil Platino, apesar de que exija meios artificiais para ligar-se ao Oceano, dispõe de portos com suficiente capacidade de atração na costa e dos estímulos de dos países que naturalmente reagem a força centrípeta do Prata (TRAVASSOS, 1931, p. 113-114).

Frente aos questionamentos levantados acerca dos critérios necessários para a divisão, e a urgência na esfera da administração federal em traçar um plano regional a ser adotado de modo amplo, é entregue à Fábio Macedo Soares Guimarães, chefe da seção de Estudos Geográficos do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica do IBGE, a incumbência de conduzir a elaboração de uma nova proposta de regionalização brasileira. Tal estudo, denominado “Divisão Regional do Brasil”, veio a ser concluído e publicado em 1941 na Revista Brasileira de Geografia e adotado como modelo regional para o país a partir da resolução n. 72, de 14 de julho de 1941.

A partir do estudo de Guimarães (1941), o debate sobre o conceito de região natural é retomado. Para o mencionado autor, as regiões naturais deveriam ser caracterizadas pelo domínio da Geografia Física. Dentre as características humanas, seriam utilizados aqueles resultantes do imperativo do meio físico, sobretudo para “solucionar os problemas que ainda se apresentem quanto aos limites” (GUIMARÃES, 1941, p. 339). As características físicas apresentavam, portanto, a vantagem da estabilidade para a comparação de dados estatísticos ao longo do tempo. Assim, o mencionado pesquisador parte da análise da concepção de unidade, tão presente nos estudos regionais até então, no sentido de desassociar a ideia desse termo a noção de uniformidade.

Nesse sentido, Guimarães passa a buscar a partir de caracterizações fisiográficas heterogêneas entre si, uma certa unidade geral. Como exemplo, o pesquisador nos apresenta a situação de uma região com a presença marcante de acidentes geográficos, que apesar de apresentar uma variedade marcada por vales, planaltos, cristas ou montanhas, podem ser marcadas

pela estratigrafia ou alguma outra peculiaridade geológica. Assim, a lógica da unidade procura uma unidade capaz de articular a heterogeneidade regional.

Nota-se no estudo de Guimarães o interesse numa divisão baseada em regiões naturais, sob a possibilidade de a mesma apresentar a vantagem de uma maior estabilidade, “permitindo um melhor estudo da evolução dum país através do tempo, pela comparação dos dados estatísticos referentes à diversas épocas” (GUIMARÃES, 1941, p. 329). Vê-se também que a unidade atentada pelo autor se referêcia a um conjunto de fenômenos, e não um único isoladamente.

É a consideração desse conjunto que exige grande capacidade de seleção e de interpretação da parte do geógrafo; pois evidentemente não se trata aqui de todos os fenômenos ocorrentes, tomados indistintamente, mas sim daqueles que são realmente significativos. Trata-se de pôr em destaque aqueles fenômenos que se apresentam como nota característica (...) aqueles que dão um cunho particular à respectiva região (GUIMARÃES, 1941, p. 326).

Buscando apreender um conjunto de características de cunho florístico, climático, geológico e geomorfológico a proposta de Guimarães (ver Figura 3) adapta em certa medida a proposta da divisão apresentada por Delgado de Carvalho. Assim, a regionalização em Norte, Nordeste, Leste, Centro-oeste e Sul seria a opção que mais conseguiria atender a necessária estabilidade, onde as mutações físico-ambientais forneceriam uma base conveniente para comparação ao longo do tempo. Firmava-se a noção de unidade nacional defendido pelo governo varguista, na medida em que garantia as diferenças regionais. Atendia-se por esse meio, tanto as necessidades advindas da administração pública, quanto da sistematização do ensino de Geografia do Brasil.

Na guisa em sanar as contrariedades ora levantadas pelas oligarquias nacionais, bem como atender situações metodológicas da complexa unidade regional, Guimarães fragmenta duas regiões. A Região Nordeste, formada

pelo Nordeste Ocidental (Piauí e Maranhão) e Nordeste Oriental (Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas); e a Região Leste, constituída pelo Leste Setentrional (Bahia e Sergipe) e Leste Meridional (Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo).

Assim, a fragmentação do Nordeste encontrava-se assentada pela característica de transição do ambiente físico dos estados de Piauí e Maranhão, que em partes se assemelhava com o bioma amazônico e da caatinga. No caso da subdivisão do Leste, nota-se o papel das características humanas enquanto meio para sanar a problemática dos limites regionais que permeassem frente às unidades ambientais. Deste modo, ao subdividir dois dos maiores centros econômicos do período (Minas Gerais e Rio de Janeiro) dos estados da Bahia e Sergipe, encontrava-se um caminho para sanar a disparidade social existente naquela região.

Figura 3 - Cartograma da divisão regional do Brasil (1941).



Fonte: Guimarães (1942, p. 49).

Nos anos a seguir, o panorama regional brasileiro sofre modificações pontuais, devido a exigências constitucionais. São criadas novas unidades político-administrativas, como o Território de Fernando de Noronha, que é inserido no Nordeste ainda em 1942. Em 1943 os territórios de Guaporé (atual Estado de Roraima), Rio Branco e Amapá são acrescentados a região Norte. Naquele mesmo ano, tem-se na Região Sul a criação do Território de Iguaçu, fruto do desmembramento de parte dos Estados do Paraná e Santa Catarina, e na Região Centro-oeste a criação de Ponta Porã, oriundo do desmembrado do Estado do Mato Grosso na Região Centro Oeste. Em 1946, com a promulgação de uma nova constituição, os Territórios de Iguaçu e Ponta Porã são instintos (BRASIL, 1946), a partir da articulação da bancada paranaense na Assembleia Nacional Constituinte.

Considerações Finais

Se até a primeira metade do século a Geografia brasileira encontrava-se norteada a partir da escola lablachiana e ratzeliana, ao qual influenciou diretamente as propostas de regionalização, a partir da década de 1950 o país depara-se com influência epistemológica da sistematização da Geografia Teórica-Quantitativa. Assim, conceitos como de planejamento estratigráfico, polos de crescimento e região motriz passam a exercer papel de destaque nas propostas de regionalização. O positivismo lógico, marca do domínio quantitativo, ao propor uma pretensa neutralidade científica, vem exercer forte influência no planejamento da nova concepção regional, bem como da formação das zonas fisiográficas.

É interessante observar que a partir da emergência da Geografia Quantitativa, e a aproximação dessa ciência com a lógica estatística, a região deixa de ser um produto finalizado, e passa a ser um meio, possibilitando a regionalização de um mesmo território infinitas vezes, a partir do foco de análise. Assim, diferente do pensamento de formulação das regiões naturais, que tomavam a região como ponto de partida, o processo de regionalização a partir de então passa a ser tomado como um ponto de chegada. Dessa forma, a região perde a alcunha de representar uma síntese socioambiental, como em La Blache, e consolidando-se pela singularidade estatística de cada área, como em Hartshorne.

Assim, a cientificidade da proposta regional empreendida até então é questionada (GALVÃO; FAISSOL, 1969), trazendo à tona a noção de uniformidade do espaço por meio de caracterizações da tabulação de dados oriundos das relações socioeconômicas. Assim insere-se na proposição regional novos traçados, influenciados pelo trabalho das superintendências de desenvolvimento regionais.

Percebe-se, contudo, o papel que o desenvolvimento dos estudos de regionalização empreendidos no período ora retratado traz para os estudos

regionais. É possível perceber, a partir da construção da noção de região natural nas contribuições como de Delgado de Carvalho e Fábio Guimarães, que o processo de regionalização apresenta, desde sua gênese republicana, um conjunto de especificidades que visam em sua essência a integração federativa. Nesse sentido, a instituição de regiões estabelece um complexo parâmetro dialético, na medida em que se busca fragmentar o conteúdo na busca por se garantir a unidade nacional.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Referências

- A CAMPANHA Geográfica. **O Observador econômico e financeiro**. Rio de Janeiro, n. 54, p. 129-135, jul. 1940.
- ABREU, S. F. As regiões naturais da Baía (ensaio duma visão). **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 68-76, 1939.
- ABRUCIO, F. L. O longo caminho das reformas dos governos estaduais: crise, mudanças e impasses. *In*: MELO, M. A. (Org.). **Reforma do Estado e mudança institucional no Brasil**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Massangana, 1999.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2009.
- ANDRADE, M. C. A construção da geografia brasileira. **Finisterra**, n. 34, p. 21-30, 1999. <https://doi.org/10.5380/raega.v3i0.18222>
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Annaes do Congresso Constituinte da Republica**. Volume I. 1890. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/13616>> Acesso em 17 mai. 2017.
- BRASIL. **Decreto-lei n. 237, de 2 de fevereiro de 1938**. 1938. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-237-2-fevereiro-1938-350962-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 17 mai. 2017.
- BRASIL. **Directoria do Serviço de Estatística do Ministério da Agricultura, Industria e Commercio**. Rio de Janeiro, [s.n.] 1913.
- BRASIL. **Nação brasilica: 189 anos de independência (exposição)**. 2016. Disponível em: <<http://www.exposicoesvirtuais.arquivonacional.gov.br/pt-br/nacao-brasilica-180-anos-de-independencia>> Acesso em 17 mai. 2017.
- BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm> Acesso em 06 jul. 2017.
- CANDIDO, A. **Literatura e Sociedade**. São Paulo: Editora Nacional, 1985.

- CARVALHO, D. **Geografia regional do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1943.
- CARVALHO, D. **Geographia do Brasil**. Prefácio de Oliveira Lima. Rio de Janeiro: Photo Mechanica, 1913.
- CARVALHO, D. **Metodologia do ensino de Geografia: introdução aos estudos da Geografia moderna**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1925.
- CARVALHO, D. Uma concepção fundamental da geografia moderna: a região natural. **Boletim Geográfico**, v. 2, n. 13, p. 9-17, 1944.
- CARVALHO, J. M. República, democracia e federalismo Brasil, 1870-1891. **Varia hist.**, Belo Horizonte, v. 27, n. 45, p. 141-157, Junho, 2011. Acesso em 17 mai. 2017. <https://doi.org/10.1590/S0104-87752011000100007>
- CORRÊA, R. L. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 1986.
- DINIZ, A. M. A.; BATELLA, W. B. O estado de Minas Gerais e suas regiões: um resgate histórico das principais propostas oficiais de regionalização. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 17, n. 33, p. 59-77, dez. 2005.
- DRAIBE, S. **Rumos e metamorfoses: estado e industrialização no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.
- FABRIZ, D. C.; FERREIRA, C. F. O município na estrutura federativa brasileira: um estudo comparado. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais**, n. 41, p. 103 – 127, 2002.
- GALVÃO, M.; FAISSOL, S. Divisão regional do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 4, p. 179-220, out./dez. 1969.
- GOMES, P. C. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO I. E; GOMES, P. C.; CÔRREA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 49-76.
- GUIMARÃES, F. M. S. Divisão Regional do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 318-373, 1941.
- GUIMARÃES, F.M. S. **Divisão regional do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1942.
- LIMA, O. Prefácio. In: CARVALHO, D. **Geographia do Brasil**. Rio de Janeiro: Photo Mechanica, 1913. p. 6.
- MACHADO, M. S. A contribuição de Delgado de Carvalho aos estudos geográficos brasileiros a partir da obra “Le Brésil Méridional”. In: SANTOS, M. A. M. (org.). **Geografia e Política: a contribuição de Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro**. Col. Documentos para Disseminação: memória Institucional 16. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.
- MARTIUS, C. F. P. V. Como se deve escrever a História do Brasil. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, t. 6, p. 381-403, 1844.
- MARTIUS, C. F. P.; EICHLER, A. W.; URBAN, I. Flora Brasiliensis. v. 1, n. 1, 1858. Disponível em: <<http://florabrasiliensis.cria.org.br/index>> Acesso em 17 mai. 2017.
- MATOS, F. O. **Formação e limitações regionais do plano de desenvolvimento sustentável da região turística do Meio-norte (Brasil)**. 2013. Tese (Doutorado em Geografia) - Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.
- MORAIS, A. L.; VANDRESEN, J. República Federativa do Brasil: origem histórica e a influência da Federação norte-americana no sistema brasileiro. **Acta Scientiarum: human and social sciences** Maringá, v. 25, n. 1, p. 185-191, 2003. <https://doi.org/10.4025/actascihumansoc.v25i1.2211>
- MOTOYAMA, S. **Prelúdio para uma história**. São Paulo: Edusp, 2004.
- O ANNO do Recenseamento. **O observador econômico e financeiro**, Rio de Janeiro, n. 49, p. 19-40, fev. 1940.
- PAVIANI, O. Dinâmica regional e os desafios para a regionalização. **Boletim de Geografia Teorética**, Rio Claro, v. 22, n. 43/44, p. 368-374, 1992.
- PENHA, E. A. **A criação do IBGE no contexto da centralização política do Estado Novo**. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.
- PIRES, M. R. **Representações de Brasil em Delgado de Carvalho**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Metodista de Piracicaba, 2006.

- RATZEL, F. **Geographie politique: les concepts fondamentaux**. Paris: Fayard, 1987.
- SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1993.
- TRAVASSOS, M. **Projeção continental do Brasil**. São Paulo: Ed. Nacional, 1931.



Este é um artigo de acesso aberto distribuído nos termos da Licença de Atribuição Creative Commons, que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o trabalho original seja devidamente citado.